

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Da Sras. PROFESSORA ROSA NEIDE, MARIA DO ROSÁRIO e outros)

Requer a realização de seminário para debater a cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 24, Inciso III, XIII e XIV, combinado com os artigos 32, IX e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o colegiado desta comissão, a realização de seminário composto por duas mesas para debater cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas.

Para tanto, inicialmente, sugerimos os seguintes convidados:

- Marcus Vinicius David – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)
- Franklin Matos Silva Júnior – Coordenador do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad)
- Renato Janine Ribeiro – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
- Evandro Soares da Silva – Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)
- Bruna Brelaz – Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Nilton Brandão – Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES) e representante do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE)
- Rozana Barroso – Presidenta da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)
- Rivânia Lucia Moura de Assis – Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN



- Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA)
- Representante do Observatório do Conhecimento

JUSTIFICAÇÃO

O propósito deste requerimento é permitir um diálogo com representantes da sociedade civil sobre tão importante matéria para educação brasileira.

Recentemente avançamos com o Fundeb Permanente, uma clara orientação sobre o financiamento público do direito à educação básica processada pelo Congresso Nacional que ratificou a necessidade de maior financiamento para a educação pública e gratuita.

Em tempos recentes vivenciamos, também, um amplo processo de expansão da educação superior pública e gratuita, notadamente com a ampliação da Rede Federal, com novas Universidades e *campi* universitários e com a criação e interiorização de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Este processo foi suportado com decisivo aporte de financiamento público, notadamente do Ministério da Educação, sem que fosse necessária qualquer iniciativa tendente a promover cobranças dos/as estudantes.

O processo Constituinte garantiu a gratuidade da educação pública na Carta Magna e esta é uma conquista da sociedade, absolutamente atual e necessária para garantir inclusão.

Assim, precisamos debater e trabalhar, decididamente, na perspectiva da manutenção da educação pública, gratuita e de qualidade nas universidades públicas e, portanto, é inescapável que esta Comissão de Educação faça o debate responsável e à luz da nossa Constituição, razão pela qual solicitamos o apoio deste colegiado.

Sala da Comissão, em de maio de 2022.

Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**
PT-MT

Deputada **MARIA DO ROSÁRIO**
PT-RS





Requerimento de Audiência Pública **(Da Sra. Professora Rosa Neide)**

Requer a realização de seminário para debater a cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas.

Assinaram eletronicamente o documento CD225244611700, nesta ordem:

- 1 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 2 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
- 3 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 4 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 5 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA)
- 6 Dep. Pedro Uczai (PT/SC)
- 7 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)

